



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682088 - AP (2021/0230907-8)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : SAMUEL HIGOR DOS SANTOS MASCARENHAS  
**ADVOGADO** : SAMUEL HIGOR DOS SANTOS MASCARENHAS - AP003705  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
**PACIENTE** : MATHEUS IAN MACIEL SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS IAN MACIEL SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (HC n. 0001810-20.2021.8.03.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que o decreto constitutivo careceria de fundamentação idônea, estando lastreado em argumentos genéricos e indeterminados, bem como na gravidade abstrata dos delitos que foram imputados ao acusado, e que a quantidade de entorpecente encontrado com o paciente seria ínfima.

Enfatiza que o paciente é primário, ostenta bons antecedentes, possui residência fixa e ocupação lícita.

Aduz que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ainda que aplicadas medidas cautelares diversas ao cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 43/46):

*Conforme restou consignado na decisão que indeferiu o pedido liminar, a alegação do paciente apenas estar "guardando" os entorpecentes em razão de dívida contraída com outra pessoa, eis que usuário de entorpecentes, é matéria a ser analisada durante a instrução processual e pela via sumária do habeas corpus. De mais a mais, a afirmação vai de encontro ao que se apurou até o momento, considerando, a teor do que consta na decisão impugnada, que, além das drogas, foram apreendidas duas balanças (uma grande e uma*

pequena) e um "destrinchador" de maconha.

O fato de se encontrar com a esposa grávida não tem, de igual forma, o condão de tornar ilegal a prisão, além da impossibilidade de se deferir a prisão domiciliar com o uso de tornozeleira, na medida em que o paciente fazia uso de sua residência como local de depósito de entorpecentes.

No tocante a alegação de se tratar de paciente primário, sem antecedentes, com residência fixa e exercendo atividade laborativa lícita, saliento que tais condições pessoais favoráveis, por si só, não autorizam a concessão da liberdade provisória quando presentes os requisitos necessários à manutenção da custódia cautelar. Neste sentido é pacífica a jurisprudência de nossos Tribunais, inclusive desta Corte de Justiça. Vejamos:

[...]

Por fim, diante de todas as circunstâncias que permeiam o presente caso concreto, as quais foram todas acima assinaladas, também não vislumbro a possibilidade de substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, mesmo porque, o paciente foi preso em flagrante na sua própria residência, denotando a incompatibilidade entre o pleito deduzido na inicial e o intento do Judiciário quanto à pacificação social, aqui materializada pelo desencorajamento do cometimento de crime, já que seu ambiente doméstico serviu de palco para prática delitiva.

Veja-se. que o conceito de ordem pública não está adstrito apenas à prevenção da prática de fatos criminosos, mas também de acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça, bem como, resta, pois demonstrado que a prisão cautelar é necessária para garantir à tranquilidade do meio social, avesso a pessoas com conduta voltadas a prática de ilícitos.

[...]

Malgrado os argumentos de ser a prisão preventiva desnecessária e somente possível em casos extremos, nossa Constituição não a veda e a legislação processual penal expressamente permite quando ameaçada a ordem pública e/ou econômica, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.

Ausente, portanto, qualquer constrangimento ilegal sanável por meio de habeas corpus.

Posto isto, e por tudo o mais que dos autos consta, denego a ordem.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao

processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência